

**Secretariado Sul-Americano e Partido Comunista do Brasil:
agentes e agências comunistas**

CARINE NEVES ALVES DA SILVA*

Este trabalho investiga as concepções do Secretariado Sul-Americano (SSA), órgão da Internacional Comunista (IC), com sede na Argentina; e ainda analisa relações forjadas entre este órgão e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal pesquisa é realizada a partir de um estudo dos textos da revista *La Correspondencia Sudamericana* (1926-1930).

A III Internacional ou IC é definida por Lênin no contexto de falência da II Internacional, sendo finalmente fundada no dia quatro de março de 1919, na Rússia. O objetivo desta organização era englobar e coordenar o movimento operário internacional rumo à revolução.

O PCB foi fundado entre 25 e 27 de março de 1922, na cidade Niterói, estado do Rio de Janeiro, com a efetivação do seu I Congresso, que fora antecipado, a fim de que o partido pudesse participar IV Congresso da IC, que seria realizado em Moscou em novembro/dezembro de 1922.

Gramsci assinala que “a classe operária nasceu e se organizou no terreno da democracia burguesa, nos quadros do regime constitucional e parlamentar”. “Só lentamente e através das mais cruéis experiências e das mais amargas decepções é que a classe operária tomou consciência de sua própria unidade e de sua própria destinação de classe”. (GRAMSCI, 2004: V2, p. 53) Ainda segundo o marxista sardo, por esta razão “nas várias fases de seu desenvolvimento, a classe operária apoiou os mais diversos partidos políticos”, como, por exemplo, partidos liberais e partidos democratas pequeno-burgueses. (ibid., p. 53)

Assim, “com a criação do Partido Comunista, a classe operária apresenta-se para a luta política como fonte de iniciativas, como guia, não mais como massa de manobra guiada e dirigida pelo estado-maior de uma outra classe social”. (ibid., 54)

* Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista CAPES.

O Bloco Operário fora criado no início de 1927 no bojo da legalidade partidária suscitada pela posse de Washington Luís em novembro de 1926, e com vistas às eleições gerais de 24 de fevereiro de 1927, na qual conseguiu eleger para deputado federal Azevedo Lima, um candidato ainda de “perfil pequeno-burguês”. No entanto, nas eleições de outubro de 1928, conseguiria eleger dois intendentess no Rio de Janeiro, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, ambos comunistas e operários. No final de 1927, o Bloco Operário passa se chamar Bloco Operário e Camponês (BOC), em uma clara alusão ao intento dos comunistas de conquistarem os trabalhadores do campo.

Os comunistas brasileiros seriam severamente criticados pelo SSA por submeterem o partido ao BOC, e as exigências da IC em relação ao BOC, para que o PCB dirigisse abertamente o BOC, estão entre as causas da dissolução deste organismo.

Neste ponto é importante salientar que fora o BOC o maior ponto de divergência entre o SSA e o PCB. Em certo momento, o Secretariado assim definira o BOC: uma ficção, não possuindo nenhum componente oriundo do campo, funcionando, de fato, como “uma cara formal para os partidos comunistas, na realidade um partido pequeno-burguês”. (La Correspondencia Sudamericana, 25.06.1930 - p. 11) Entretanto, tal era a expectativa do Partido em relação ao bloco: “organização de massas, de frente única de todas as camadas do proletariado urbano e rural, dos campesinos típicos e da pequena burguesia proletarizada”. No entanto, apenas quatro meses após tal declaração, o SSA criticaria o BOC por cometer “degenerações oportunistas, como consequência da adaptação de sua política as possibilidades de trabalho legal e a ‘necessidade’ de manter o contato com os elementos pequeno-burgueses”. (La Correspondencia Sudamericana, 20.09.1929 – p. 3)

Em 1926¹, o SSA passa a ter vida efetiva com a edição do seu impresso oficial, a revista “La Correspondencia Sudamericana”.

Para Henn (2005), o período de ouro da análise da IC sobre a América Latina prevaleceu durante os anos de duração do SSA, o autor, contudo atribui importância principal a influência da via chinesa no comunismo internacional, fato que teria possibilitado a admissão da aliança com a pequena-burguesia nos contextos coloniais, avaliação que terminou sendo também direcionada para o contexto latino-americano.

¹ Até este momento a América Latina se encontrava subordinada diretamente ao Secretariado Latino da IC, sediado na França. Tanto o SSA, como a sua revista oficial tinham sede na Argentina.

Caso o período de maior proficiência (de ouro) da análise da IC sobre o a América Latina esteja mesmo dentro dos marcos de existência do SSA, me parece, entretanto que este fato deve-se antes a própria movimentação política, social e cultural característica do período (1926-1930) e do vislumbre da revolução democrático-burguesa. Tal era o contexto do período em diversos países do continente: crise econômica (crise do padrão de acumulação de capital) e crise de hegemonia (de redistribuição da posição relativa de cada fração burguesa). Este foi um momento marcado pela elaboração de novos paradigmas modernizadores.

Mazzeo versando sobre o PCB, defende que “não podemos dizer que os comunistas tiveram a democracia como elemento meramente tático de sua ação, mas ao contrário, esta foi o parâmetro de sua linha teórico-prática-estratégica”. (MAZZEO: 1999, p. iii)

No contexto de um Ocidente incompleto, em que a objetivização hipertardia do capitalismo e a inexistência de uma burguesia de caráter colonial impedem a realização de uma revolução democrático-burguesa em moldes clássicos, o PCB assume essa tarefa. E será dentro dessa determinação social que o partido constituir-se-á no maior pólo democrático do Brasil durante muitas décadas. (ibid., p. iii)

Aqui é importante distinguir as práticas informadas pelos objetivos dos comunistas, para curto e médio prazo (objetivos intermediários, como por exemplo, os referentes à revolução democrático-burguesa), de um lado, e para longo prazo (objetivo final: a própria ditadura do proletariado), de outro. Sabe-se, porém, que durante o período de esquerdização – da teoria do 3º período de desenvolvimento capitalista – a previsão era curtíssima para todos os objetivos.

No rol dos objetivos intermediários os comunistas conceberam a luta pelas reivindicações imediatas do proletariado. E, a partir desta “política pequena” os comunistas lançaram luz sobre a exploração da massa pobre trabalhadora pelos grandes proprietários rurais e pelos burgueses, erguendo, assim, bandeiras de valores democráticos, mas o regime democrático em si, na opinião destes militantes, não era “a panacéia geral para todos os males do capitalismo”. No entanto, de qualquer forma acabaram impulsionando e alavancando a democracia brasileira, e de forma consciente. Porém, como objetivo final tinham a ditadura do proletariado, que seria forjada a partir da via insurrecional, e em geral todos os demais objetivos estavam subjacentes, e mais,

subordinados, a este da via insurrecional. O PCB em seu papel de oposição severamente crítica forçou a sociedade a modernização, forçou a entrada da classe operária no cenário político nacional.

Luiz Werneck Viana em sua obra “Liberalismo e sindicato no Brasil” analisa, especialmente, “os momentos de definição da ordem institucional-legal brasileira em relação às classes subalternas”. (VIANNA, 1989, p. 7) E, salienta “a importância da ação organizada do movimento operário e sindical para a rutura do liberalismo ortodoxo, característica essencial à ordem articulada pelos fundadores da república”. (ibid., p. 1-2)

Para o autor, a classe agrário-exportadora brasileira teria se mostrado incapaz de reproduzir as regras de seu sistema econômico; tal sistema se baseava em uma articulação heteronômica com o capital financeiro externo. Segundo Vianna, as alianças desta classe com as demais classes e frações de classes limitavam-se ao universo político, e que ao ser forçada a flexibilizar sua ordem liberal excludente (com a implementação da legislação trabalhista), o fez à custa da fração industrial, com a qual possuía uma relação de conflito e de complementaridade.

A construção da hegemonia na sociedade brasileira não proveria mais de um privilegiamento estamental – como assinalara Florestan Fernandes (2005) –, mas teria que forjar-se, legitimar-se e reproduzir-se no contexto das lutas concretas, no jogo das relações de força. Observe como o autor conceitua hegemonia:

A verdadeira natureza do conceito de hegemonia deve ser lida em função do relacionamento histórico-concreto da superestrutura com a base material. As relações de produção contêm nelas mesmas relações sócio-ideológicas, daí por que o aparelho de hegemonia se integra por origem na sua estruturação. (ibid., p. 67)

Segundo Vianna, a consecução de uma hegemonia dependeria, no final da década de 20, de um projeto integrador. E, assinala que “a hegemonia depende, para sua realização, de um projeto integrador que possa articular, em diferentes níveis, classes dominantes, camadas intermediárias, intelectuais, classes subalternas – o todo social”. Neste sentido, o autor defende que “para tanto, sua produção aguarda a emergência de um grupo social que se possa apresentar como de expressão universal, interessando a todas as energias nacionais”. (ibid., p. 25)

Ao se tornar dominante, esse grupo se encontra coordenado com as expectativas e interesses gerais dos grupos subordinados. O Estado

resultante dessa estruturação pode ser denominado de integral, na medida em que se radica nas instituições da sociedade civil, as quais se orientam positivamente em relação ao centro do poder político. (ibid., p. 25)

À medida que nenhuma classe ou fração de classe dispunha de um projeto de governo (o que estava em pauta aqui era a viabilidade de um projeto de liberalismo) capaz de promover um estado de paz social no período do pré-30, a questão se transfiguraria em disputa pelo poder estatal. A burguesia industrial não teria ainda consolidado um projeto hegemônico de classe, desta forma, restava-lhe compor com outras forças o novo estado corporativista.

Assim, a coalizão oposicionista de 1929 liderada pela oligarquia dissidente – ao preconizar um liberalismo ampliado e ao dotar-se de um projeto universalizante – dirige a conspiração que culminaria com a sublevação de 30.

Em relação ao novo regime, Werneck Vianna defende que sua estabilidade dependeria “de uma autonomização política do Estado, diante da diversidade dos interesses coligados”, e que a principal função desta autonomia era “redistribuir” a posição relativa de cada fração burguesa. Deste modo, o Estado corporativo continuava possuindo uma “cara” burguesa, porém, agora, por detrás de sua máscara de ferro. (ibid., p.116) Observe:

Sua autonomia, pois, não se instala para melhor desempenho dos seus papéis “distributivos” quando às classes dominantes, mas principalmente para inaugurar uma função “redistributiva” da posição relativa de cada fração burguesa. E a forma corporativa de Estado, que sempre corresponde a uma exasperação de sua autonomia política, não consiste num meio para se distribuir equanimemente recursos e privilégios às frações de classe dominantes, mas um instrumento burguês de realização do industrialismo a partir da compulsão do Estado. (ibid., p. 119)

Neste sentido, o movimento de 30 não representou, como se muito vinculou, a vitória do capitalismo sobre forças anticapitalistas, mas redistribuiu a posição das frações da classe burguesa, promovendo o predomínio da facção industrial.

Segundo o autor, “se revolução ‘pelo alto’ consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica de outro lado, numa “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas”. (Ibid., 141)

Neste ponto, entendemos que se houve conservação, persistência era porque ainda existia uma relação de forças favorável à hegemonia da classe dominante,

entretanto, a relação entre estrutura e superestrutura precisava ser otimizada, a nova base precisava se adaptar a nova superestrutura, o que exigia neste momento histórico a construção de um projeto universalizante que seria forjado pela oligarquia dissidente.

Dentre os elementos apresentados pela coalizão oposicionista da Aliança Liberal para forjar um consenso tinha-se a proposta de superação do privilégio dado ao sudeste, a de construir uma solução para a crise de 1929 (crise do café), assim como dar uma resolução para a questão social, o que remetia à mobilização do operariado.

Assim, o sistema corporativista, a infiltração nos sindicatos por parte do Estado, a implementação de leis trabalhistas (trabalhismo), e posteriormente, o próprio varguismo atuaram como elementos do consenso deste período. Além destes, a relação conflituosa com o comunismo, de informação e medo pode ser pensada como um componente, ou como um substrato presente neste consenso.

Podemos pensar a revolução de 30 no Brasil como uma revolução-progressiva e uma revolução passiva. Afinal velhas classes dominantes e dirigentes dispunham ainda de fôlego, energia histórica suficiente para resistir, reformular, recriar a partir do velho. Desta forma, a partir de mudanças nas relações de força foram forjados rearranjos entre as frações de uma classe dominante no poder (um poder que é político e econômico), e forjada também uma nova forma estatal.

Segundo Vianna, o sentido da transformação da forma estatal ocorrida em 1930, consistia “na determinação do arranjo efetivado no estatuto da ordem, que de liberal redefiniu-se como corporativa, explicitando-se a nova articulação do Estado com as classes sociais e o peso jogado por cada uma no interior dessa combinação”. (ibid., p. 34)

O autor ainda salienta que, “a coligação aliancista cria as bases para promover ‘de cima’ o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses”. E, “o caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa”. (ibid., 135) Observe:

Abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado. Elimina-se ou rebaixa-se a cota de livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. Em relação às camadas médias urbanas, a política se completa com a cooptação operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades. A legislação sindical, ao invés de procurar corta o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal. (ibid., p. 135)

O que se pretendia com a organização deste sistema corporativista era garantir e ampliar a acumulação de capital, o que dependia da elevação do ritmo do trabalho e do uso racional da mão-de-obra ocupada. E, conseqüentemente da reprodução de uma hegemonia e de uma submissão, a hegemonia da classe burguesa, e a submissão da classe explorada. No entanto, dado o grau de complexidade alcançado pela sociedade brasileira, carecia-se, além de um projeto universalizante e de que a natureza classista, burguesa do Estado fosse mascarada.

A hegemonia burguesa seria uma hegemonia mascarada, dissimulada, já a proletária seria escancarada, sincera como podemos apreender dos escritos de Gramsci. Neste sentido, observe as apreciações feitas por Bianchi:

Apenas a primeira [a hegemonia proletária], como expressão das classes subalternas, pode revelar todo antagonismo existente na sociedade e, desse modo, superar a distância que separa dirigentes e dirigidos, superando a condição da própria subalternidade. A hegemonia burguesa permanece sempre como uma hegemonia restrita que oculta o antagonismo e, desse modo, reproduz a separação entre dirigentes e dirigidos e as condições da subalternidade social. (BIANCHI: 2008, p. 275)

Para o autor, o consenso que se forja para consecução da legislação trabalhista “dependerá dos eventos de 35, que explicitarão a urgência das classes dominantes formularem uma política comum para as classes subalternas”. Deste modo, “a ideologia da outorga será, sem dúvida, resultante de um pacto. Porém, não entre o Estado e as classes subalternas, e sim entre as diferentes facções das classes dominantes”. (VIANNA, op. cit., p. 35)

Nele, liberalismo de diferentes procedências, como o fordista da indústria, o legal-formal e livre-cambista no setor agrário-exportador e o puramente tático do catolicismo integral, repelindo-se mutuamente, declinam dos seus postulados para se reencontrarem – eles também – sob controle estatal. (ibid., p. 35)

Vianna salienta que, apesar das tentativas de Astrojildo Pereira de estabelecer aliança com os tenentes, o movimento operário “acabará marginalizado do eixo onde se agrupa a oposição. Todavia, a ação política e reivindicativa operária não deixará de atuar no sentido de desfazer a aparência consensual da ordem constituída”. (ibid., p. 102) No entanto, neste ponto é importante ressaltar também o auto-isolamento dos comunistas, produto da política esquerdizante do PCB no período.

Henn ressalta que a IC volta-se para a América Latina à medida que “o imperialismo norte-americano sobrepujava, em termos qualitativos e quantitativos, os das demais potências capitalistas”. (HENN: 2005, p. 52)

Caballero salienta, sob outro aspecto, que a tendência da IC fora “prestar mais atenção ao mundo colonial como ponto de arranque da revolução, ao menos enquanto durasse o ‘segundo período’, o da estabilização”, “afinal a onda revolucionária havia entrado em seu refluxo na Europa desde 1923”. (CABALLERO: 2006, p. 142)

Para Mazzeo, o período do V Congresso da IC (1924), marcado pelo refluxo da onda revolucionária seria caracterizado pela “segunda fase da bolchevização² dos partidos munistas” (MAZZEO, op. cit., p. 50) O autor concebe a bolchevização como uma estratégia defensiva (educativa) criada para um período de estabilização capitalista.

Parece que cabe, que é legítimo neste ponto comparar o que seria esta fase defensiva de bolchevização ao conceito de guerra de posição de Gramsci. Observe:

Nesse parágrafo (em dado parágrafo: Q 10/I, 9, p. 1229), a guerra de movimento coincidia com um período de ofensiva do movimento operário, que teve início com a Revolução Russa e se encerrou com a Ação de Março de 1921 na Alemanha. A partir de então, teve início, segundo o autor da nota, um período defensivo caracterizado pela guerra de posição e representado na Itália pela ascensão do fascismo. (BIANCHI, op. cit., p. 213)

A proletarianização dos partidos comunistas deveria ser efetuada antes de qualquer insurreição armada, entretanto com vista total a esta insurreição, ou seja, focada na própria guerra de movimento. Para Gramsci, desde o adensamento da sociedade civil, notabilizado na maior parte das nações pela proliferação de aparelhos privados de hegemonia próprios da burguesia, a guerra de movimento passava a ser de importância parcial. No entanto, tal interpretação era desconsiderada na fórmula do terceiro período, que previa um momento oportuno para a deflagração de conflitos.

Na guerra de movimento a hegemonia proletária precisaria, segundo as premissas da IC, ser um dado presente, concreto, uma realidade a fim de que pudesse ser efetivada a primeira etapa da revolução, e sem solução de continuidade, sem desvios, ser realizada finalmente a revolução socialista.

² Esta especificação [de segunda fase de bolchevização] não é acompanhada de mais detalhes acerca de outras fases deste fenômeno.

A hegemonia proletária diante do movimento insurrecional é questionada na Alemanha em 1921, depois a estratégia da via insurrecional é abandonada, e em 1929 (com a tática do 3º período) a questão da perspectiva revolucionária em escala planetária trás novamente a questão da guerra de movimento sob a hegemonia proletária, questão que remete ao obreirismo do final da década de 20, início dos anos 30.

Álvaro Bianchi ainda salienta que para Gramsci, “a guerra de posição não era um programa positivo de ação, e sim uma exigência objetiva da situação na qual se encontravam as forças sociais e políticas”. (ibid., p. 205) O autor ainda assinala que não se tratava aqui de ocupar espaços vazios na sociedade, mas de criar novos espaços, organismos. Neste sentido, podemos pensar a importância da criação do PCB e do BOC, de um lado, para a conformação das classes subalternas, e a criação da Aliança Liberal, por outro, para a construção de um bloco histórico formado pela oligarquia dissidente e burguesia no Brasil.

Para Bianchi, a partir da premissa que a guerra de posição era imposta pela relação geral de forças, tinha-se, então, que esta era a forma de luta conveniente às classes dominantes, e deste modo, às classes subalternas caberiam desarticular a guerra de posição das classes altas. Desta forma, a guerra posição era caracterizada, sobretudo, pelo objetivo de se aparelhar e se consolidar forças (poder econômico e político), precisamente, em detrimento das forças das classes sociais adversárias.

Relacionando o conceito de guerra de posição à política de frente única. Bianchi sublinha que “a elaboração política a respeito da ‘guerra de posição’ colocava-se em sentido contrário à estratégia stalinista do “terceiro período” e reivindicava a formulação Leninista da ‘frente única’”. (ibid., p. 216)

Segundo Bianchi, em seu sentido mais recorrente na obra de Gramsci “a sociedade civil é entendida como o ‘conjunto de organismos vulgarmente chamados de privados’”. (ibid., 179) Esta seria o lugar por excelência da formação do consenso, em contrapartida, na sociedade política predominaria a coerção. Mas o autor também aponta para a violência, a pressão social, coerção existente na sociedade civil, e para o consenso que também é suscitado na sociedade política.

“Gramsci destacava que a unidade (‘identidade’) entre Estado e sociedade civil é sempre ‘orgânica’ e que a ‘distinção’ é apenas ‘metódica’” (Prestipino, 2004, p. 71 apud BIANCHI, 2008, p. 84)

A função dos organismos ou aparelhos privados de hegemonia “é articular o consenso das grandes massas e suas adesões à orientação social impressa pelos grupos dominantes”.

Neste sentido, “a luta de hegemonias não é apenas luta entre ‘concepções de mundo’ [...], ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as”. (ibid., p. 179)

Assim, “em vez do local da universalização de interesses particularistas, ela passa a ser vista como um espaço de luta de classes e da afirmação de projetos antagônicos (cf. Dias, 1996, p. 66-68)”. (ibid., 180) Neste mesmo sentido, Bianchi assinala que tais organismos não são socialmente indiferenciados. “Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outros”. (ibid., p. 179)

A partir de tal pressuposto podemos pensar diversos aparelhos e projetos antagônicos existentes na sociedade civil. Mas é preciso compreender também que entre estes aparelhos, que apresentam projetos opostos (produto de concepções de mundo opostas), existe uma gradação de projetos mais ou menos semelhantes. Sendo assim, a luta entre aparelhos não se verifica apenas entre aqueles que possuem projetos antagônicos, mas também entre aqueles que disputam a mesma ou praticamente a mesma zona de influência (os anarquistas, a social-democracia, os comunistas, trotskistas, etc., enfim, “a oposição de esquerda”). A disputa neste campo muitas vezes deu-se no sentido de se definir, se proclamar (autoproclamar) “a vanguarda autorizada e legítima do verdadeiro proletariado”.

A partir de tais considerações, podemos pensar a relação entre o PCB e BOC, o partido comunista deveria ser o partido político de apenas uma classe, a do proletariado. O BOC – com fins apenas eleitorais e parlamentares – seria um organismo de massa composto por operários e camponeses, mas também pequeno-burgueses, pelos menos, tacitamente. Entretanto, uma vez que o partido comunista também deveria conquistar os camponeses proletarizados e desejava arregimentar a pequena-burguesia, é possível

perceber que os objetivos desses aparelhos se imiscuíram fortemente, confusão que foi agravada pela ilegalidade do PCB.

Desta forma, criado com a finalidade de reforçar a atividade revolucionária dirigida pelos comunistas, o BOC emergia também como um aparelho concorrente em relação ao PCB. O SSA criticou o PCB por este estar se submetendo, se subsumindo ao BOC. O temor do SSA era que diante de um conflito aberto, o bloco não fosse dirigido pelos comunistas, e que este pudesse, inclusive, voltar-se contra partido. Além disso, havia o receio de que o bloco fosse mais expressivo do que o próprio partido diante das massas. Desta forma, se estes aparelhos eram, por um lado, complementares, por outro, eram concorrentes.

Em relação ao exercício da hegemonia, Bianchi salienta que era “entendido por Gramsci como uma combinação entre coerção e consenso, mesmo nos regimes políticos nos quais imperavam as formas democrático-liberais”. (ibid., p. 186) Além de coexistentes, o consenso e a coerção seriam co-dependentes.

“Toda ‘relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica’ de construção de novos sujeitos sociais e políticos. (Q 10 /II, 44, p. 1331)”. (ibid., p. 192) Segundo Bianchi, era tal relação “que Gramsci tinha em mente quando destacava a tarefa ‘educativa e formativa do Estado’. É o processo de afirmação de formas civilizatórias que se apresenta nessa tarefa”. (ibid., p. 192)

A revolução passiva no Brasil fora moldada, influenciada pelos preceitos comunistas para uma revolução política que, simplesmente, ainda não teve lugar na história do país. Os comunistas, desta forma, tendo “fracassado” no que se refere à efetivação de uma revolução política, concorreram para a própria reformulação do capitalismo, ou seja, forneceram importantes substratos para revoluções passivas forjadas nos mais diversos e diferentes Estados.

Após analisarmos a revista “La Correspondencia Sudamericana”, podemos inferir que desde 1926, com o início do funcionamento efetivo do SSA, há de fato uma inter-relação de novo tipo entre a IC e os partidos latino-americanos de uma forma mais geral. Neste ponto, há que se apontar a importância informativa (doutrinária) do novo órgão para a construção de um movimento comunista mais orgânico na região. Desta forma, é possível afirmar que, com a criação do SSA, a interferência da IC legal e ilegal se intensificara na América Latina, inclusive no Brasil.

Assim como Zaidan (1988), também notamos que mudanças importantes processavam-se a partir do ano de 1928 no que se refere à relação da IC e do PCB, mas acreditamos, no entanto, que tais mudanças não representavam apenas as reverberações das diretrizes do VI Congresso -, mas que estariam relacionadas também ao crescente interesse da IC pela situação “objetivamente” revolucionária brasileira (de crise econômica e de hegemonia), e ao vislumbre de uma revolução democrático-burguesa no país.

A transformação histórica não se restringe às condições econômicas (a base material, a estrutura), pois para tal fim concorre também, em especial, a política e uma organização cultural da política. Segundo Bianchi, “assumindo que as ‘condições necessárias e suficientes’, ou seja, as condições objetivas, já se encontravam pelo menos potencialmente definidas, Gramsci afirmava centralidade da política”. (BIANCHI, op. cit., p. 272) Neste sentido, o marxista sardo reforçava a importância da superestrutura e dos conflitos sociais no que se refere à efetivação de revoluções, ativas e passivas. Observe:

Que tais condições se façam presentes, ou seja, que a relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção tenha chegado a um ponto de saturação, não é garantia de que uma revolução ativa ou passiva tenha lugar. Para que tal revolução ocorra, é necessário o concurso de determinações eficazes que se manifestam no âmbito das superestruturas e dos conflitos sociais. O “protagonismo” histórico não pode ser, portanto, do dado inerte. (ibid., p. 272-273)

Em relação ao que seria uma maturação das condições e possibilidades revolucionárias, a observância dos momentos de força enunciados por Gramsci nos fornece uma análise bastante pertinente. O primeiro momento seria o de uma perspectiva apenas econômica (interesses corporativos), o segundo seria notabilizado pela organização política, uma organização que é social, cultural e ideológica. Por fim, o terceiro momento seria o militar e político-militar.

A partir da observância de momentos históricos (momentos de força) mais ou menos favoráveis a deflagração de conflitos abertos por parte das classes dominadas, e da posição da IC frente a estas realidades, forjamos uma imagem e concepção acerca do obreirismo: o obreirismo, especificamente, é uma concepção decorrente da teoria do 3º período de desenvolvimento capitalista, no entanto, é antes de tudo uma concepção

decorrente da via insurrecional (a guerra de movimento), que esteve presente, de certa forma, em todos os momentos da vida da IC.

Influenciados por esta teoria do 3º período, os comunistas enxergaram uma radicalização planetária das massas e assim entenderam que deveriam preparar insurreições armadas, que deveriam obrigatoriamente ter a hegemonia do proletariado e ser guiada por sua vanguarda, o partido comunista. No entanto, o obreirismo como história-concreta (e não apenas como produto da filosofia que valoriza o trabalhador braçal, o proletário presente nos organismos de esquerda, ou ainda produto da concepção subjacente da teoria do 3º período) precisa ser analisado em cada caso especificamente, respeitando-se a história das diversas seções comunistas e de suas formações sociais.

Desta forma, entendemos que na América Latina, as concepções sectárias do obreirismo encontram um fundamento interno, que é o próprio vislumbre das revoluções democrático-burguesas.

Assim, acreditamos que a situação brasileira fora reiterada por aspectos econômicos (crise de 1929, crise do café) e potencializada por aspectos políticos (rearranjos das relações políticas e sociais: rompimento da política de transmissão de poder baseada na alternância de presidentes oriundos de São Paulo e de Minas Gerais e criação da Aliança Liberal). Neste sentido, entendemos que o período precedente à revolução de 30, fora econômica e politicamente bastante conturbado, de modo que o SSA-IC vislumbrou a possibilidade do PCB proletarizado conquistar o poder político, dirigir o Estado sob a égide de uma hegemonia proletária e assim efetivar as etapas da revolução previstas para a região. Em razão destes componentes, o SSA interferiria decididamente no PCB, e seria mais enérgico quanto as suas debilidades e insuficiências, afinal era *sine qua non* que os partidos estivessem dotados de verdadeiros elementos proletários para que a revolução democrático-burguesa não fosse corrompida e pudesse transmutar-se em revolução socialista.

Para finalizar é interessante salientar que para Gramsci, a análise política tinha, sobretudo, grande importância prática, esta deveria orientar a força de vontade dos agentes, a fim de que sanassem fraquezas, debilidades, insuficiências, e se maximizassem os resultados.

A teoria de Estado integral de Gramsci – que salientava a complexidade das superestruturas da sociedade civil no Ocidente, e sua resistência mesmo diante de graves crises econômicas – não pretendia explicar apenas sua longevidade, mas pretendia, sobretudo, debater acerca das possibilidades e condições de se superar esta forma estatal.

Arquivos Documentais

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL), DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Coleção Revistas Internacionais: La Correspondencia Sudamericana, Microfilme 117, 15 de abril de 1926 a junho de 1930.

Referências bibliográficas

BIANCHI, Álvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CABALLERO, Manuel. La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana, 1919-1943. 3ª ed. Caracas: Alfa. 2006. 282 p.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDNETE, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Org.). História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. 1/1 ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2007. v. 5, p. 11-72.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica, 5. ed., São Paulo, Globo, 2005.

GRAMSIC. Antonio. Escritos políticos. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LÖWY, Michael (org.) O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. (2ª edição ampliada). São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006. 585p.

HENN, Leonardo Guedes. As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina (1919-1943). 2005. 294 f. Tese (Doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História.

MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia Inacabada. A Política dos Comunistas no Brasil. 1ª ed. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1999. v. 1, 203 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro. Ed. Brasiliense, SP, 1989.

VIANNA, Luiz Werneck Viana. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ZAIDAN, Filho, Michael. O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929). Vértice, São Paulo, 1988.